

Inventário digital

Início > Toolkit > Ferramenta No.1: Inventário Digital

← Voltar ao Toolkit



INVENTÁRIO DIGITAL



Estágio esperado do ecomuseu

Ecomuseu em andamento, Ecomuseu já desenvolvido



Entidades-alvo

Equipa do ecomuseu, Membros da comunidade

Descrição da ferramenta

O inventário digital baseia-se no desenvolvimento de capacidades para facilitar a digitalização das coleções do ecomuseu através de telemóveis e outras tecnologias de baixo custo, mantendo esquemas criteriosos para a gestão da digitalização e para a difusão online das coleções. A definição de critérios para categorizar as coleções é baseada em aspetos-chave do património local, e as novas tecnologias vêm abrindo possibilidades convenientes para a digitalização e difusão das coleções mantendo altos padrões de qualidade.

Nas últimas décadas, a presença dos museus no mundo digital limitou-se a instituições com disponibilidade de enormes recursos financeiros e técnicos. Os equipamentos necessários para digitalizar as coleções eram caros, pois havia a necessidade de estabelecer e manter ferramentas e laboratórios de alto padrão. Atualmente, a propagação dos smartphones está a facilitar esse processo, pois os dispositivos pessoais possuem câmeras de alta qualidade, suficientes para capturar boas imagens para a digitalização de acervos.

É preciso definir critérios e manter certos padrões no processo de digitalização, visando ter o fluxo adequado para democratizar os acervos. Nesse sentido, o inventário digital é uma ferramenta adequada para os ecomuseus, considerando cada contexto e disponibilidade de recursos. Um fluxo de trabalho bem definido, com critérios adequados, pode contribuir para ecomuseus mais democráticos com acervos de acesso aberto.

Orientações para aplicar a ferramenta

- Definição de tipologias de dispositivos e estação de trabalho:** O processo de digitalização será baseado na disponibilidade dos equipamentos. Smartphones de baixo custo podem ser definidos como o equipamento básico para o processo de trabalho. Além disso, é necessário ter um espaço para instalação da estação de trabalho, com iluminação adequada e um computador com HDD ou SSD para armazenar as coleções capturadas.
- Critérios técnicos para gerenciar a digitalização:** É fundamental ter uma definição clara sobre quais acervos serão digitalizados, com softwares de banco de dados adequados para manter um inventário seguro. Além disso, será necessário definir a resolução mínima para capturar as coleções, bem como um software adequado para digitalização.
- Esquema de trabalho para facilitar o processo:** Um fluxo de trabalho bem definido facilitará o processo, evitando qualquer erro na digitalização. Sugere-se que o esquema seja impresso e afixado em local visível, para ser facilmente consultado a qualquer momento necessário.
- Difusão online sob licença Creative Commons:** Uma licença Creative Commons democratizará a coleção, possibilitando a sua difusão com devida menção aos autores e procedência.
- M&A do processo de trabalho:** É necessário um processo de monitorização e avaliação (M&A) constante para acompanhar o andamento da digitalização, com metas próprias definidas no início de cada processo – estabelecido, por exemplo, como um projeto com resultados mensuráveis e verificáveis. É uma forma estratégica de manter a memória institucional do processo de digitalização, apoiando a coleta de documentos e informações relacionadas ao trabalho técnico desenvolvido pelo ecomuseu.

Materiais de apoio

O Projeto "Museu Portátil – Edição de Bolso" é desenvolvido em parceria entre o Goethe-Institut São Paulo, o Instituto Moreira Salles e a Wiki Movimento Brasil. Esse projeto resultou no desenvolvimento do "Manual do Museu Portátil", ferramenta utilizada como referência para digitalização em instituições brasileiras. Essa iniciativa pode ser replicada em outras instituições, e a referência utilizada pelos ecomuseus também pode ser baseada em metodologias desenvolvidas por instituições que trabalham com inventários do património cultural, como o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e o Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional Brasileiro (IPHAN).

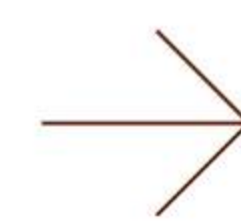
Autorias

Marcelo Murta, Nathalia Pamio

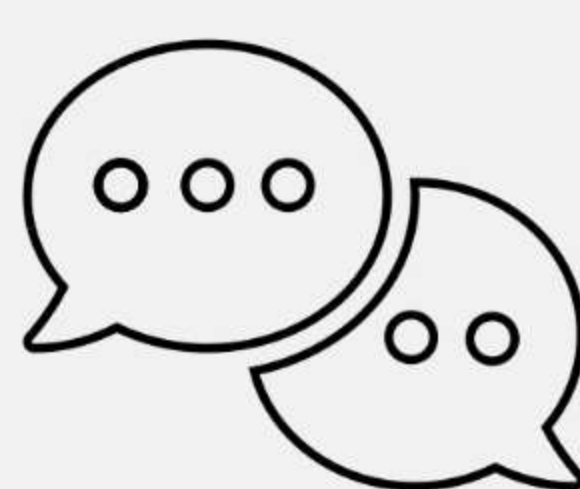
Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcelo Murta, Óscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

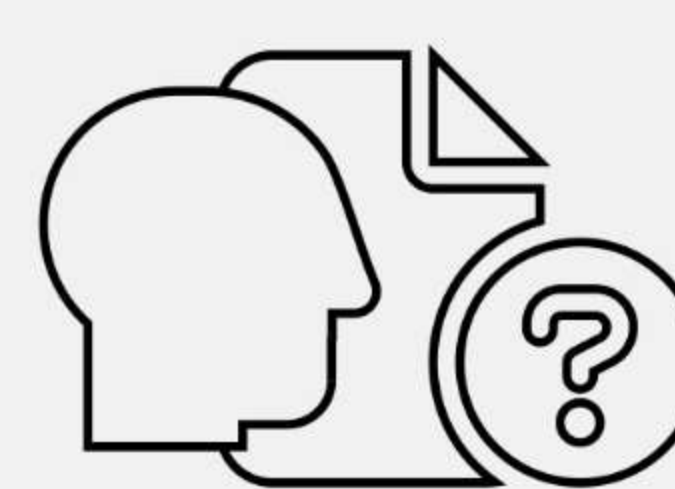
MAIS FERRAMENTAS



**MUSEOGRAFIA
COMUNITÁRIA**



**OFICINAS DE MEMÓRIA
ORAL**



QUESTING



Cofinanciado pela
União Europeia

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. O conteúdo deste site reflete apenas as opiniões do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.

PROJETO ECOHERITAGE | 2020-1-ES01-KA204-082769

Início

Relatório Transnacional

Estudos de Caso

Kit de Ferramentas

Módulos de capacitação



Exceto onde estiver indicado de outra forma, o conteúdo deste site é licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International license](#).

Português

[Política de Privacidade](#) | [Política de Cookies](#)

Empreendedorismo Social

Início > Toolkit > Ferramenta No. 2: Empreendedorismo Social Sobre O Património Local

← Voltar ao Toolkit



EMPREENDEDORISMO SOCIAL



Estágio esperado do ecomuseu

Comunidade com intenção de iniciar um ecomuseu, Ecomuseu em andamento, Ecomuseu já desenvolvido



Entidades-alvo

Autoridades locais, Equipa do ecomuseu, Membros da comunidade, Parceiros externos

Descrição da ferramenta

O *empreendedorismo social* visa atender aos menos favorecidos, desenvolvendo ideias de negócios sustentáveis (produtos e serviços) para enfrentar **desafios sociais comuns e criar valor social que gera transformação**. Essa abordagem tem o potencial de criar oportunidades de trabalho e gerar renda para pessoas desempregadas, especialmente jovens. Também pode promover a inclusão social, valorizando a autoestima das pessoas e o sentimento de pertencimento às suas comunidades, valorizando as tradições, preservando os saberes antigos e protegendo o ambiente. Assim, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais e também para os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**.

O trabalho dos ecomuseus contribui para o estudo, preservação e promoção do património cultural e natural. Fazer um investimento social em suas comunidades (usando uma estratégia chamada *Venture Philanthropy*) maximizaria a criação de valor, garantiria a sustentabilidade de seu trabalho e aumentaria o impacto social. Esse investimento pode ser não financeiro, pois muitos ecomuseus têm recursos financeiros escassos. Os ecomuseus podem apoiar empreendedores sociais com seus conhecimentos sobre o património local, fornecendo formação, estabelecendo parcerias, facilitando atividades de networking e captação de recursos, por exemplo. Aqui propomos passos para planejar, implementar e monitorizar esse investimento social, indicando também alguns recursos para aplicar essa ferramenta.

Orientações para aplicar a ferramenta

- **Mapeamento de recursos disponíveis:** Identificar os recursos que o ecomuseu tem a oferecer (expertise, instalações, recursos humanos, parcerias, financiamentos, etc.). Um exemplo é o conhecimento adquirido com o inventário participativo do património local (ver ferramenta "Inventário Participativo"): o que recuperar, proteger, preservar e promover.
- **Avaliação das necessidades da comunidade:** Usar métodos **de investigação qualitativa adequados (entrevistas, inquéritos, grupos focais, etc.)** para: (a) identificar questões sociais e ambientais de interesse local (como desemprego juvenil, grupos marginalizados, exclusão social, isolamento de idosos, deflorestação, poluição da água, extinção da vida selvagem, etc.); (b) verificar a disponibilidade e disposição dos membros da comunidade em participar; (c) identificar as partes interessadas e grupos-alvo relevantes; (d) também sensibilizá-los e motivá-los.
- **Planeamento de atividades:** Com base nos resultados das etapas anteriores, co-desenvolver (com as partes interessadas relevantes identificadas e os grupos-alvo) um plano detalhado de apoio, incluindo linhas de base, metas, marcos e resultados esperados para os participantes.
- **Prestação de apoio:** Brainstorming e desenvolvimento de formas inovadoras, focadas em problemas e orientadas para soluções, para enfrentar desafios da sociedade, usando os recursos disponíveis e buscando apoio externo (formação, networking, parcerias, captação de recursos, etc.).
- **Medição do impacto:** Criar um mecanismo para monitorizar o impacto social das iniciativas, ganhando informações valiosas para melhor gerenciar o processo e fazer os ajustes necessários para maximizá-lo/otimizá-lo.
- **Partilha dos resultados:** Comunicar os sucessos e/ou lições aprendidas com as iniciativas para promovê-las, envolver o público e inspirar outros (ver ferramenta "Comunicação Integrada de Marketing").

Materiais de apoio

A publicação **"Agregando valor por meio de apoio não financeiro – Um guia prático", em inglês**, publicada pela European Venture Philanthropy Association (EVPA), traça os custos e o valor acrescentado do apoio não financeiro. O guia também lista as melhores maneiras de incentivar os recetores do apoio a produzir resultados sociais sólidos.

Desenvolvido pelo **projeto "Prosoa Rural" (2018-2020)**, cofinanciado pelo Programa Erasmus+ da União Europeia, o módulo de formação **"Social Entrepreneurship and Cultural Heritage" training module** ("Empreendedorismo Social e Património Cultural", em inglês) visa incentivar jovens a praticar o empreendedorismo social nas áreas do património cultural e das tradições.

O **curso de formação abrangente** desenvolvido pelo projeto **"Cultural Heritage Entrepreneurs" (CHEER) (2018-2020)**, também cofinanciado pelo Programa Erasmus+, apoia os participantes na procura de ideias de negócio, desenvolvimento de empresas sociais, formação local e inclusão social com foco em práticas culturais e patrimónios locais.

O relatório **"Measuring and managing impact – A practical guide"** ("Medição e gestão de impacto – Um guia prático", também desenvolvido pela EVPA, traz dicas de como implementar a medição de impacto em cinco etapas fáceis de entender, tanto no nível dos investidores sociais quanto dos recetores do investimento.

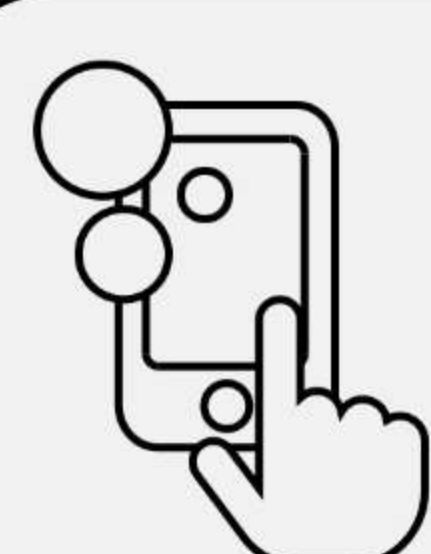
Autorias

Marcelo Murta, Nathalia Pamio

Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcelo Murta, Óscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

MAIS FERRAMENTAS



INVENTÁRIO DIGITAL



MUSEOGRAFIA COMUNITÁRIA



OFICINAS DE MEMÓRIA ORAL



COMUNICAÇÃO INTEGRADA DE MARKETING



Estágio esperado do ecomuseu

Comunidade com intenção de iniciar um ecomuseu, Ecomuseu em andamento, Ecomuseu já desenvolvido



Entidades-alvo

Autoridades locais, Equipa do ecomuseu, Membros da comunidade, Parceiros externos

Descrição da ferramenta

A Comunicação Integrada de Marketing (CIM) pode ser descrita como um processo usado para unificar os esforços de comunicação para entregar uma mensagem/imagem consistente, em diferentes canais, que permaneça relevante ao longo do tempo para o público. Este processo examina quem são os públicos-alvo e como, onde e quando se comunicar para envolvê-los. Um plano de CIM, bem desenhado e adaptado a cada contexto, pode ajudar os ecomuseus a fortalecerem as relações de longo prazo com seus públicos (membros da comunidade, visitantes e demais stakeholders). Isto permitiria uma maior participação nas suas atividades, bem como a promoção e salvaguarda do seu património cultural e natural.

O modelo geral de CIM pode ser dividido em quatro etapas principais: pesquisa, planeamento, implementação e monitorização/avaliação. O processo de implementação de um plano de CIM pode ser simplificado e adaptado aos contextos particulares dos ecomuseus. É necessário ter em conta os recursos disponíveis do ecomuseu (humanos, financeiros, materiais, etc.) e o meio envolvente (político, económico, social e tecnológico). Existem **várias formas de chegar a cada grupo-alvo**: contacto direto, website, redes sociais, eventos, comunicados de imprensa, relações públicas, publicidade, etc. Para alguns ecomuseus, em áreas rurais com uma população pequena e idosa, o contacto pessoal direto pode ser a melhor abordagem. Para outros, em áreas urbanas conectadas ao mundo digital, as redes sociais podem ser uma vantagem.

O objetivo é entregar mensagens coerentes, por meio de canais apropriados, para atingir e envolver seus públicos. Aqui propomos passos para desenvolver e implementar uma estratégia de CIM sob medida por ecomuseus, indicando também alguns recursos para aplicar esta ferramenta.

Orientações para aplicar a ferramenta

Pesquisa:

- Identificar as partes interessadas (stakeholders) do ecomuseu.
- Realizar consultas internas e externas das partes interessadas (brainstorming, inquéritos, workshops, pesquisa nos média, benchmark, etc.) para identificar:
 - a missão, valores e propósito do ecomuseu (interno);
 - temas relevantes para o ecomuseu e cada grupo de stakeholders.
- Validar os resultados da análise com as partes interessadas envolvidas.

Planeamento:

- Com base na análise da pesquisa, mapear os stakeholders do ecomuseu e indicar: seus níveis de poder/influência, principais interesses/questões e melhores formas de alcançá-los (canal e frequência).
- Definir pilares de comunicação: as áreas temáticas mais relevantes (até três) tanto para o ecomuseu quanto para seus stakeholders.
- Definir objetivos para o plano CIM que sejam Específicos, Mensuráveis, Alcançáveis, Relevantes e Temporais (SMART, sigla em inglês).

Implementação:

- Definir mensagens-chave para cada pilar, alinhadas com os objetivos e stakeholders definidos, que chamem a Atenção, prendem o Interesse, despertam o Desejo e obtenham a Ação (modelo AIDA) das audiências.
- Usar uma **combinação de canais e táticas de comunicação (meios de comunicação pagos, próprios, conquistados e partilhados)** e táticas de comunicação (meios de comunicação pagos, próprios, conquistados e partilhados) que estão à disposição do ecomuseu e mais adequados para atingir cada grupo-alvo.
- Desenvolver conteúdos (adaptados a cada canal/tática e público-alvo), relacionados com as mensagens-chave, que inspirem e fomentem conversas com e entre stakeholders.
- Programar estrategicamente quando entregar cada atividade de comunicação.
- Fazer um orçamento de cada tática para garantir que sua implementação seja financeiramente realista.

Monitorização:

- Estabelecer indicadores-chave de desempenho (KPIs), e meios de verificação, para cada objetivo, pilar de comunicação e atividade de comunicação.
- Avaliar e controlar os KPIs, em relação aos objetivos iniciais, para medir o impacto e ajustar a estratégia de acordo, se necessário.

Materiais de apoio

O projeto "HERITAGE-PRO", financiado pelo Programa ERASMUS+ da União Europeia (2018 – 2021), desenvolveu uma formação interdisciplinar para a gestão sustentável e preservação do património cultural. Um dos seus módulos de formação, "Comunicação Eficaz em Ambiente Interdisciplinar" (em inglês, "Effective Communication in an Interdisciplinary Environment"), abrange diferentes áreas da comunicação que podem ajudar os profissionais dos ecomuseus a concretizar os seus objetivos de comunicação.

A plataforma de aprendizagem online Course Hero, possui módulos de formação em CIM que podem ser úteis em determinar objetivos e abordagem de CIM ("Determining IMC Objectives and Approach") e definir a mensagem ("Defining the Message").

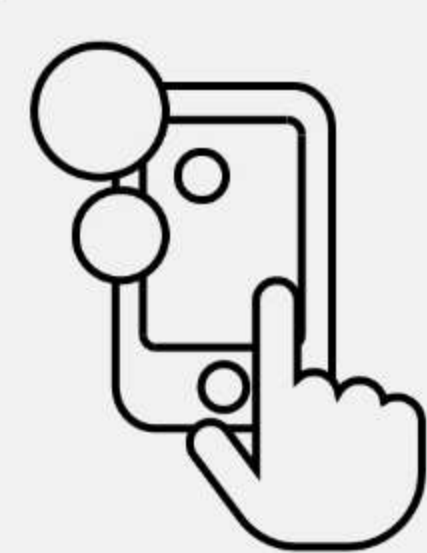
Autorias

Marcelo Murta, Nathalia Pamio

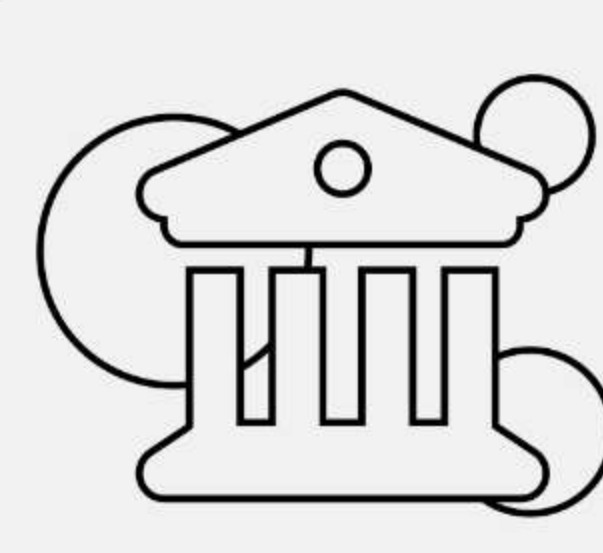
Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcelo Murta, Óscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

MAIS FERRAMENTAS



INVENTÁRIO DIGITAL



MUSEOGRAFIA COMUNITÁRIA



OFICINAS DE MEMÓRIA ORAL



MAPAS PAROQUIAIS



Estágio esperado do ecomuseu

Comunidade com intenção de iniciar um ecomuseu, Ecomuseu em andamento, Ecomuseu já desenvolvido



Entidades-alvo

Adultos, Associações, Empresas, Estudantes, Instituições



Tempo de implementação

6-18 meses

Descrição da ferramenta

Os mapas paroquiais são representações cartográficas, ou qualquer outro item semelhante, em que a comunidade se possa identificar através do património (Leslie, 2006).

Com um mapa paroquial os habitantes de um lugar podem representar o seu património, paisagens e saberes nos quais se reconhecem e que desejam transmitir às gerações futuras. Os mapas paroquiais evidenciam a forma como uma comunidade vê, percebe e valoriza a sua paisagem, as suas memórias, as suas transformações, a sua realidade atual e os seus desejos para o futuro.

Essa costuma ser uma das primeiras ações programadas na fase de planeamento dos ecomuseus italianos, que pode ser adaptada a outros contextos. Recentemente a ferramenta também tem sido utilizada por outras instituições como parques e em processos de desenvolvimento local. Alguns deles produziram versões online dos mapas, outros usaram ferramentas semelhantes chamadas “mapas de paisagem”.

Um mapa paroquial documenta o presente e ajuda as pessoas a compreender o passado; também ajuda a comunidade a planear uma agenda de longo prazo destinada a melhorar os lugares e a paisagem. No mapa encontram-se os desejos da comunidade (Clifford, Maggi, Murtas, 2006).

Orientações para aplicar a ferramenta

Muitos mapas italianos seguiram estes passos:

- Escolher um ou mais objetivos (celebração e registo do património, planeamento do plano de ação, reforço do senso de pertencimento, etc.)
- Registar os elementos do património cultural e natural vivo (tangível e intangível) por meio de:
 - Grupos de trabalho de adultos;
 - Percurso educativos para crianças em idade escolar;
 - Inquéritos com a população;
 - Mapas multimédia;
 - Concurso de fotos.
- Escolher os elementos a serem incluídos no mapa de acordo com critérios culturais e sociais; o resultado é um inventário participativo do património.
- Artistas locais ou geógrafos desenham um esboço do mapa com o apoio da população.
- O mapa é impresso e distribuído aos cidadãos e/ou publicado online.
- The map is printed and distributed to citizens and/or published into the websites
- Usar o mapa (para educação, planeamento urbano, planeamento de ações de ecomuseus). Para usar o mapa para planeamento é muitas vezes útil uma versão digital do mapa através de um sistema GIS.
- Atualizar o mapa. Os mapas paroquiais dos ecomuseus italianos não terminam com sua publicação, porque esses mapas são vistos como processos participativos, “arquivos” permanentes e atualizáveis, do património material e imaterial de um território. Para atualizar e implementar os conteúdos do mapa paroquial, alguns ecomuseus criaram mapas multimédia. Contêm os acompanhamentos relacionados com o património incluídos nos mapas paroquiais. Outros ecomuseus projetaram novos mapas.

Uma avaliação crítica de tal ferramenta de participação levanta duas questões: esse tipo de mapa pode ajudar a comunidade a se representar ou existe o risco de se tornar parte de uma paisagem estereotipada? E não há também o risco de ocultar os elementos de conflito presentes no território, apenas destacando os aspectos agradáveis? (Castiglioni, 2013)

Em muitos contextos italianos, os mapas paroquiais permitiram e inspiraram pessoas de diferentes gerações e funções, incluindo gestores municipais, a descobrir, ver, usar e modificar o património cultural vivo e a paisagem. Além disso, mapas participativos, contendo uma visão partilhada do futuro da paisagem, inspiraram mudanças permanentes na paisagem.

Materiais de apoio

Alguns sites (em italiano) relataram estudos de caso, material de apoio e diretrizes:

<https://sites.google.com/view/ecomuseiitaliani/chi-siamo> Atlas dos mais de 50 ecomuseus que criaram um mapa comunitário com o link para ver os resultados: [O processo de criação de um mapa comunitário \(Parco dei Mulini\) é descrito no site do ecomuseu de Parabiago:](#)

www.mappadicomunita.it Alguns mapas italianos:

<https://inventariopartecipativo.wordpress.com> Um curso sobre mapas paroquiais (em italiano):

<https://sites.google.com/view/mappadicomunita/home> Um site sobre alguns mapas paroquiais:

Bibliografia

Clifford S., King A. (a cura di): From place to PLACE: maps and Parish Maps, Common Ground, London, 1996.
 Castiglioni B., Ferrario V., cartografiar les percepcions socials: els paisatges tendencials, in AA.VV. Reptes en la cartografia del paisatge. Dinàmiques territorials i valor intangibles, Observatori del Paisatge de Catalunya, 2013
 Dal Santo R., CAN PARISH MAPS INSPIRE FUTURE? in “Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários”, 12-16, junho 2012, Belém, Brasil; Coordenação Geral: Maria Terezinha Resende Martins. – Belém : Ecomuseu da Amazônia, 2012.
 Leslie, K.: A sense of place, West Sussex Parish Maps, Chichester, 2006.

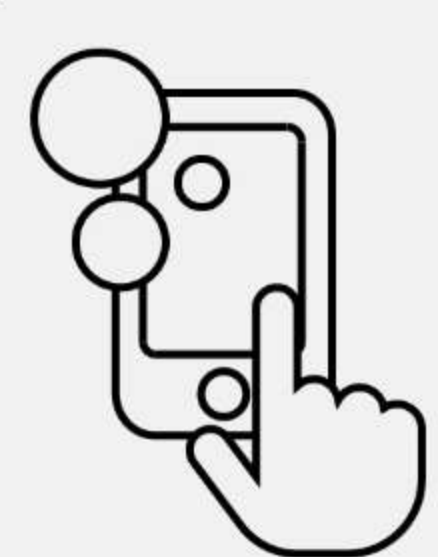
Autorias

Lisa Pigozzi, Nunzia Borrelli, Raul dal Santo, Silvia Dossena, Lucia Vignati

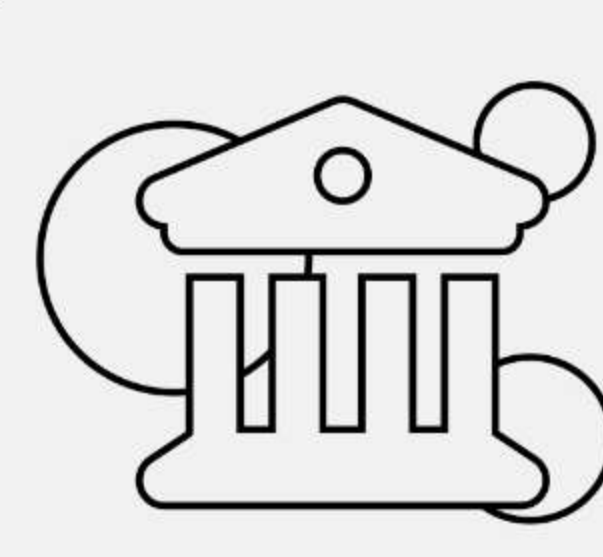
Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcelo Murta, Óscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

MAIS FERRAMENTAS



INVENTÁRIO DIGITAL



MUSEOGRAFIA COMUNITÁRIA



OFICINAS DE MEMÓRIA ORAL



Cofinanciado pela União Europeia

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. O conteúdo deste site reflete apenas as opiniões do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.

PROJETO ECOHERITAGE | 2020-1-ES01-KA204-082769

Início

Relatório Transnacional

Estudos de Caso

Kit de Ferramentas

Módulos de capacitação



Exceto onde estiver indicado de outra forma, o conteúdo deste site é licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International license](#).

Planificação do ecomuseu

← Voltar ao Toolkit



PLANIFICAÇÃO DO ECOMUSEU



Estágio esperado do ecomuseu
Comunidade com intenção de iniciar um ecomuseu, Ecomuseu em andamento, Ecomuseu já desenvolvido



Entidades-alvo
Adultos, Associações, Empresas, Instituições



Tempo de implementação
3-6 meses

Descrição da ferramenta

Os ecomuseus, como museu da comunidade, são legitimados pela participação da população. Por isso, muitos ecomuseus são concebidos, e estão a funcionar, não segundo a lógica tradicional que consiste na instituição planeear e agir "para" a comunidade, muitas vezes excluindo as pessoas dos processos decisórios e de projeto. O plano e o trabalho desses ecomuseus são realizados "com" a comunidade, segundo a lógica do planeamento participativo e da cidadania ativa.

No contexto italiano, foram criados fóruns públicos e outras formas de participação. Diferentes intervenientes (proprietários de terras e de património cultural, autarquias, museus, freguesias, associações, agricultores, comerciantes, artesãos, instituições de ensino públicas e privadas e cidadãos individuais) foram incentivados a informar-se, debater, interagir, dar forma à ideia do ecomuseu, desenhar planos de ação plurianuais e ativar seus recursos, conhecimentos e habilidades para realizar as ações planeadas.

Do ponto de vista dos ecomuseus, o processo de participação é pelo menos tão importante quanto os resultados das ações planeadas. De facto, a interação dos atores locais é essencial para gerar um senso de pertencimento e comunidade e criar motivação para atingir os objetivos esperados.

Os ecomuseus italianos desenvolveram o seu próprio kit de ferramentas de participação para planeear de maneira participativa, que são explicadas em seu Manifesto estratégico. Em 2021, dentro da celebração dos 50 anos de ecomuseologia, os ecomuseus italianos consideraram estas duas ferramentas:

Balanco crítico de todo o património cultural presente no território, como um/a chefe de família faria com seu próprio património familiar. A existência de tal balanço, com base no censo preliminar, não só orientará as escolhas quanto à organização e uso, mas também permitirá uma melhor avaliação das possíveis estratégias económicas. As grades a seguir podem parecer redundantes, mas marcam vários estágios ou vários níveis de uma mesma reflexão. O trabalho coletivo é necessário aqui, reunindo o maior número possível de atores locais. Hugues de Varine mostra essas ferramentas em "*The roots of the future*", p. 111, edição italiana (uma tradução aproximada em inglês está [aqui](#)).

Planeamento Patrimonial para **Impactos Culturais**. Inside-Outside Impact Model, de Douglas Worts, é uma forma de vincular uma ampla gama de possíveis estratégias de envolvimento público **relacionadas à ação das mudanças climáticas**, que podem ter impactos tanto dentro quanto fora das **organizações patrimoniais**.

Orientações para aplicar a ferramenta

Balanco crítico

Balanco crítico de todo o património cultural presente no território, como um/a chefe de família faria com seu próprio património familiar. A existência de tal balanço, com base no censo preliminar, não só orientará as escolhas quanto à organização e uso, mas também permitirá uma melhor avaliação das possíveis estratégias económicas. As grades a seguir podem parecer redundantes, mas marcam vários estágios ou vários níveis de uma mesma reflexão. O trabalho coletivo é necessário aqui, reunindo o maior número possível de atores locais.

1. Valor do património cultural

Diferentes tipos de valor	Privado	Comunitário	Público
Simbólico, político, imaginário			
Afetivo, sentimental			
Científico			
técnico, industrial			
Cultural			
Uso			
Económico direto			
Potencial económico			
Económico indireto			
Outro			

As três colunas à direita podem ser preenchidas de diferentes maneiras:

- para cada bem ou conjunto de bens culturais, com "julgamentos de valor" escritos, com anotações segundo critérios a decidir localmente ou com simples cruces;
- para a totalidade do património cultural, indicando nas três colunas à direita os elementos materiais ou intangíveis considerados mais importantes para cada tipo de valor.

O essencial é proceder de forma "contraditória" para fazer emergir um consenso na comunidade sobre o valor necessariamente subjetivo atribuído aos diversos elementos do património cultural, reconhecido como tal.

Património

O estado do património pode ser avaliado através de listas e da colocação de bens do património local em caixas, consoante o que representam.

Status	Bom	Mal	Bad
Físico (conservação, possibilidade de restauro)			
Disponibilidade (para desenvolvimento)			
Acessibilidade			
Notoriedade (interna, externa)			
Dinâmica (grau de atividade)			
Outro			

O objetivo desta subdivisão é determinar ao mesmo tempo as intervenções a serem implementadas, seu alcance, o tempo necessário e os ativos imediatamente utilizáveis.

Relação custo/rendimento do património cultural

	Custos / negativo	Receita / positivo
Financeiro direto		
Financeiro indireto		
Social		
Humano		
Grau de risco político		
Outro		

Trata-se de fazer uma avaliação do património cultural na sua totalidade, de forma a estabelecer uma avaliação, obviamente mais qualitativa do que quantitativa, mas essencial para futuras escolhas estratégicas. Este trabalho servirá também para medir o nível de consciência que a população e as diferentes categorias de atores (administradores, proprietários, associações, cidadãos, jovens, etc.) têm do património cultural.

2. Lista de recursos

Enquadramento do capital (patrimonial):

Enquadramento do capital (patrimonial): Será elaborado um quadro sintético do património cultural da comunidade, para tornar visíveis as oportunidades e lacunas.

Capital	Cultural	Misto	Natural
Propriedades	Sítios		
	Monumentos		
Móveis	Residências		
	Mobiliário de rua		
Immaterial	Infraestrutura		
	Planeamento		
	Objetos e máquinas		
	Papéis		
	Coleções		
	Paisagens		
	Crenças		
	Conhecimento		
	Tradições		

Não se trata de elaborar novas listas, mas de determinar os elementos que são significativos para o desenvolvimento dos recursos e que serão levados em conta nas estratégias de médio e longo prazo.

Ambiente do património cultural

Será então necessário preparar um quadro semelhante para todos os instrumentos e serviços mais ou menos ligados entre si e ligados ao património cultural: produtos derivados, estruturas comerciais, centros de informação.

Materiais de apoio

Hugues de Varine, "*The roots of the future*", p. 111, Italian edition (a rough translation in English is [here](#))

Para mais detalhes sobre o modelo interno/externo (Inside-Outside Impact) de Douglas Worts, consulte a explicação do autor [Author explanation](#), a [apresentação](#) e [este artigo](#)

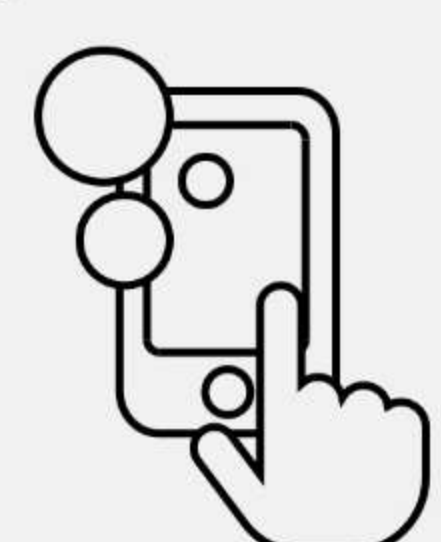
Autorias

Lisa Pigozzi, Nunzia Borrelli, Raul dal Santo, Silvia Dossena, Lucia Vignati

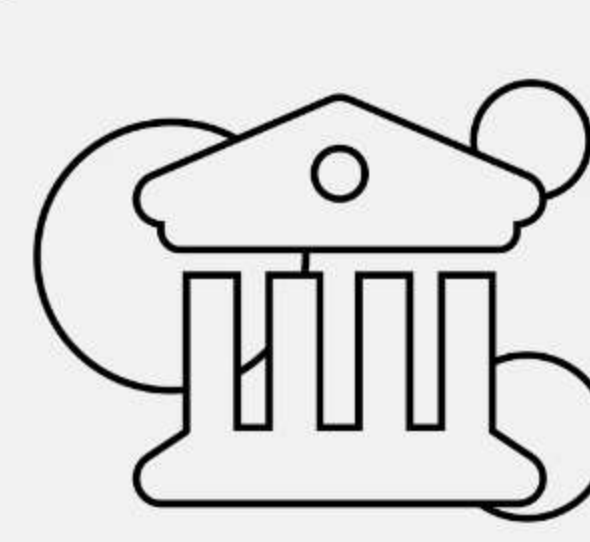
Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcel Álvarez, Óscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

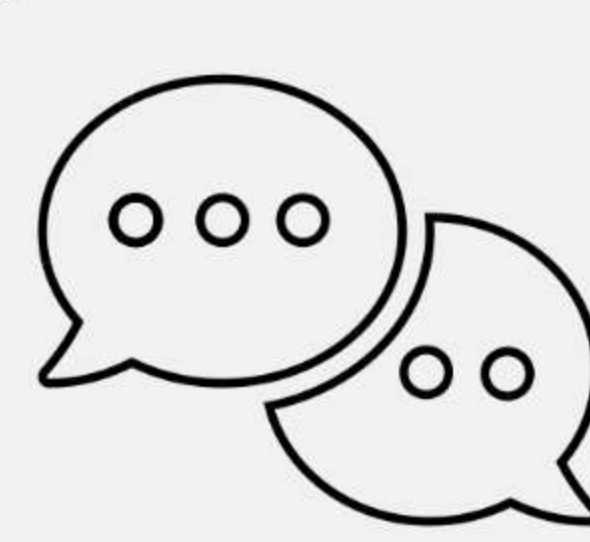
MAIS FERRAMENTAS



INVENTÁRIO DIGITAL



MUSEOGRAFIA COMUNITÁRIA



OFICINAS DE MEMÓRIA ORAL

O uso do património para o desenvolvimento local sustentável

Início > Toolkit > Ferramenta No. 6: O Uso Do Património Para O Desenvolvimento Local Sustentável

← Voltar ao Toolkit



O USO DO PATRIMÓNIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL



Estágio esperado do ecomuseu
Comunidade com intenção de iniciar um ecomuseu, Ecomuseu em andamento, Ecomuseu já desenvolvido



Entidades-alvo
Adultos, Associações, Empresas, Estudantes, Instituições



Tempo de implementação
12 -18 meses para a regulamentação – mais de 2 meses para elaborar e concretizar um acordo de cooperação.

Descrição da ferramenta

O objetivo dos ecomuseus não é apenas a realização de atividades participativas, mas também desencadear acordos de cooperação com os cidadãos, para o cuidado, gestão e regeneração do património cultural e paisagístico.

Os ecomuseus reúnem recursos humanos, competências e conhecimentos pessoais de seus parceiros, que trabalham em conjunto com total independência. Por meio de acordos de cooperação, a rede de stakeholders pode construir uma comunidade e novos esforços podem ser gerados e valorizados na própria comunidade. Desta forma, o ecomuseu torna-se uma ferramenta de "gestão partilhada" do património vivo e dos bens comuns.

Os ecomuseus tornam-se facilitadores que permitem às pessoas reunir esforços e partilhar recursos dentro da própria comunidade, em prol do interesse comum. Os acordos celebrados em Itália foram formais e informais. Alguns ecomuseus aprovaram regulamentos para a participação ativa da cidadania e a gestão partilhada do património vivo.

Este é um importante desenvolvimento da ideia de participação comunitária, de acordo com o movimento que na Itália tentou aplicar e promover a **gestão partilhada dos bens comuns** e o **princípio da subsidiariedade**.

Orientações para aplicar a ferramenta

- O ecomuseu capacita os recursos humanos, habilidades e conhecimento pessoal de seus parceiros;
- Um parceiro propõe uma ideia;
- O ecomuseu e o parceiro desenvolvem a ideia e desenham o projeto;
- O ecomuseu e o parceiro definem e assinam um acordo de cooperação;
- O parceiro trabalha com total independência com a ajuda do ecomuseu.

De acordo com essa lógica, o ecomuseu realiza não apenas seus projetos ou eventos "próprios", também ajuda e capacita os cidadãos a realizarem projetos baseados no património que estejam alinhados com o plano de participação de longo prazo do ecomuseu.



Materiais de apoio

O site do ecomuseu Parabiago informa o regulamento, as diretrizes para ativar os acordos (ver imagem abaixo), o formulário de solicitação, e os acordos ativos.

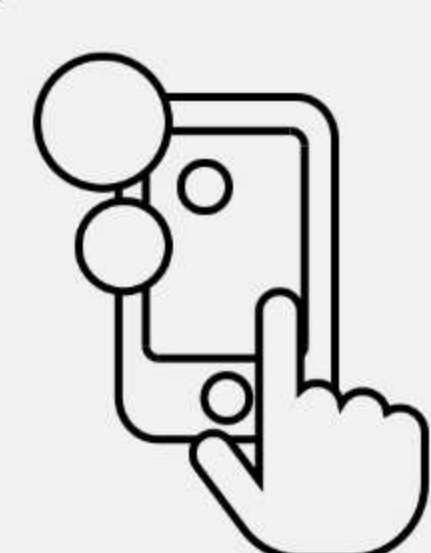
Autorias

Lisa Pigozzi, Nunzia Borrelli, Raul dal Santo, Silvia Dossena, Lucia Vignati

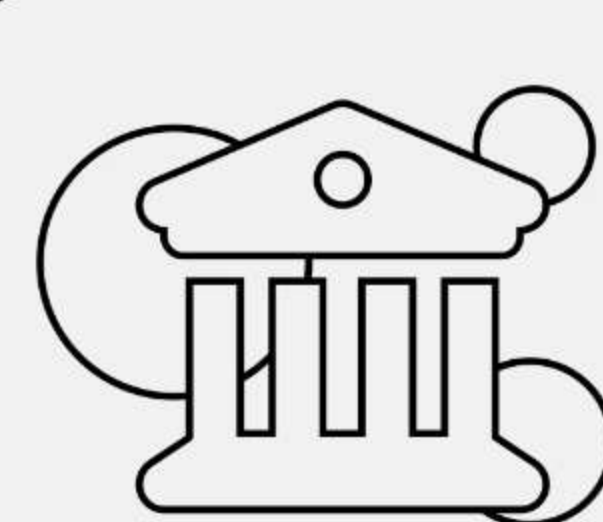
Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcelo Murta, Óscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

MAIS FERRAMENTAS



INVENTÁRIO DIGITAL



MUSEOGRAFIA COMUNITÁRIA



OFICINAS DE MEMÓRIA ORAL



EDUCAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Estágio esperado do ecomuseu

Comunidade com intenção de iniciar um ecomuseu, Ecomuseu em andamento, Ecomuseu já desenvolvido, Ecomuseu recém-desenvolvido, Fase preliminar do desenvolvimento do ecomuseu



Entidades-alvo

Membros da comunidade, Museografia e trabalho participativo e comunitário, Técnicos e especialistas em museologia

Utilidade desta ferramenta

A Interpretação do Património (IP) é usada para:

- Planeamento e gestão dos recursos patrimoniais de um território para o uso público.
- Gerar suportes interpretativos (painéis, visitas, audiovisual, suportes digitais, etc.) para os bens patrimoniais e do território.
- Sensibilizar o público exterior e a população local para a proteção do património.
- Investigar e valorizar espaços e recursos culturais e patrimoniais relevantes para a população.
- Envolver a população no trabalho de planeamento e de pesquisa do território e do património, bem como na formação de especialistas locais em técnicas interpretativas.
- Delimitação participativa do território e sua dimensão patrimonial.
- Tornar visíveis outras (ou novas) narrativas, discursos e interpretações sobre o território e sobre os bens culturais e patrimoniais.

Descrição da ferramenta

A IP é uma disciplina que navega entre diferentes áreas e metodologias e visa gerar meios interpretativos e mensagens comunicacionais entre os recursos patrimoniais (naturais e culturais) e os públicos. Sua definição evoluiu desde seu nascimento há quase um século.

Heritage interpretation refers to all the ways in which information is communicated to visitors to an educational, natural or recreational site, such as a museum, park or science center. More specifically it is the communication of information about, or the explanation of, the nature, origin, and purpose of historical, natural, or cultural resources, objects, sites and phenomena using personal or non-personal methods. Some international authorities in museology prefer the term mediation for the same concept, [segundo o uso em outras línguas europeias](#).

Propósitos da interpretação do Património: Fascinar, não explicar. Maravilhar, não ilustrar. Envolver, não ensinar. O processo é: provocar, correlacionar, revelar.

Selecionamos os dois mais utilizados no campo profissional e académico:

1. **Associação de Interpretação do Património** (1996): A arte de revelar in situ o significado do património natural, cultural ou histórico ao público que visita esses lugares em seu tempo de lazer*.
2. **Associação Nacional de Interpretação** (2000): "A interpretação é um processo de comunicação que produz conexões emocionais e cognitivas entre os interesses do público e os significados inerentes ao recurso".

Freeman Tilden (1957), um dos pais da interpretação, formulou uma série de princípios interpretativos, que continuam a ser a base da disciplina:

1. Qualquer forma de interpretação que não relacione os objetos que apresenta e descreve a algo na experiência e personalidade dos visitantes será totalmente estéril.
2. A informação, como tal, não é interpretação. É revelação baseada em informação. São duas coisas diferentes. No entanto, toda interpretação inclui informações.
3. Interpretar é uma arte que combina muitas artes para explicar os assuntos apresentados; e qualquer forma de arte, até certo ponto, pode ser ensinada.
4. A interpretação visa provocar, não instruir.
5. Deve ser a apresentação do todo e não das partes isoladamente, e deve abordar o indivíduo como um todo e não apenas uma faceta do indivíduo.
6. A interpretação para crianças não deve ser uma mera diluição do que é entregue aos adultos, requer uma abordagem radicalmente diferente. Precisar de programas específicos.

Objetivos

A IP tem dois tipos de objetivos. Por um lado, os objetivos gerais são direcionados ao recurso. São os objetivos relacionados à gestão, qualidade e fruição da vista, uso adequado do recurso e rentabilidade social, cultural e económica. Já os objetivos específicos são aqueles voltados à comunicação, ou seja, são direcionados ao visitante. Esses objetivos são divididos em três (Morales, 2001):

- Objetivos educativos – o que queremos que os visitantes saibam.
- Objetivos emocionais – o que queremos que os visitantes sintam.
- Objetivos atitudinais – o que queremos que os visitantes façam.

Os grupos-alvo são membros da comunidade local, organizações, profissionais de interpretação do património. É conveniente convidar vários e diversos stakeholders para o processo, a fim de obter diferentes perspectivas. É aconselhável trabalhar em dois níveis: formação em interpretação patrimonial e aproveitamento do que os especialistas em interpretação patrimonial da comunidade podem contribuir.

Esta ferramenta pode ser aplicada em qualquer nível de existência do ecomuseu, seja em sua fase de projeto ou em um ecomuseu existente e consolidado, pois o trabalho com a interpretação do património é uma ferramenta sempre válida tanto na conformação do projeto do ecomuseu como em um ecomuseu existente.

Orientações para aplicar a ferramenta

Planejamento Interpretativo:

Qualquer ação interpretativa deve ser previamente elaborada com metodologias e objetivos específicos. O planejamento é um processo de análise de meios, serviços, programas, recursos, pessoal e qualquer outra variável propícia à transmissão de mensagens. Permite-nos comunicar significados de forma interessante e eficaz, contribuir para a satisfação das necessidades do visitante, proteger o recurso e melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais. Em outras palavras: Planejamento. Permite-nos analisar e tomar decisões; em última análise, para gerir a identidade, o património e o desenvolvimento económico. Deste planejamento emergirá o plano interpretativo que é o documento resultante do processo de planejamento.

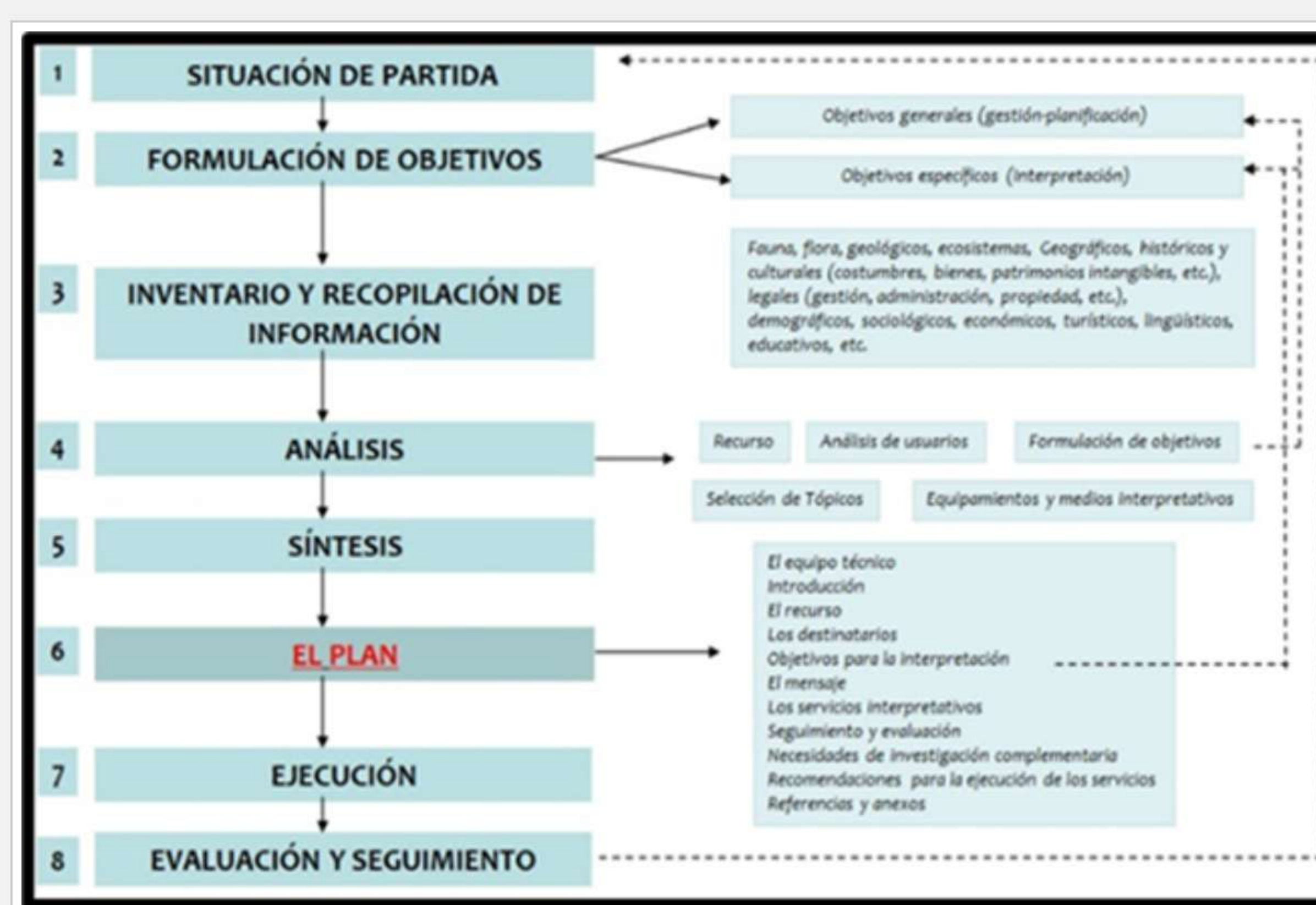


Illustration 1. Fases do Planejamento Interpretativo
Fonte: elaboração própria com base em Morales, 2001.

O planejamento é um processo contínuo de análise que não é fechado e está aberto a mudanças para sua evolução e aperfeiçoamento (Morales: 2001, 171). É constituído por 8 fases que englobam o que se pode considerar como planejamento estratégico, desde o primeiro contacto com o território e os recursos, o trabalho documental e de campo, a análise do ambiente e a ponderação das variáveis que vão delimitar as mensagens interpretativas, e a execução e avaliação do plano interpretativo (Figura 1).

Inventário e compilação de informação, uma vez que o inventário terá uma fase cumulativa, mas na sua fase evolutiva será selectivo, utilizando a informação mais relevante para o cumprimento dos objetivos interpretativos, e 4. Análise, pois é aqui que se refinam as informações compiladas, selecionando o que mais auxilia o conhecimento do público (atual e potencial), os conceitos e ativos essenciais ou interessantes para interpretação, os espaços e infraestruturas existentes ou com possibilidades de ação. Da mesma forma, o peso é dado aos ativos que são mais representativos ou que permitem oportunidades óbvias de interpretação.

Meios interpretativos

A forma de aplicação dessa ferramenta é com a criação de mídias interpretativas pessoais e/ou mídias interpretativas não pessoais.

TIPO	SUB-TIPO	VANTAGENS	DESvantagens
Marcas e painéis	Sinal de informação, sinal interpretativo, sinalizadores, informação preventiva	Informações claras e relevantes Custo reduzido Manutenção mínima	Estática Você é frequentemente alvo de vandalismo Possível impacto visual
	Brochuras, guias e cartazes	Leitura rápida Custo reduzido	Eles produzem resíduos
Publicações		Coleta informações sobre serviços Serve como souvenir Pode ser consultado a qualquer momento	Estática Está desatualizado.
	Vídeos, projeções, recursos sonoros, etc.	Informações de qualidade Gerar ou complementar a atmosfera Eles motivam a visita. Eles fornecem informações específicas	Alto custo Eles exigem infra-estrutura e fontes de alimentação. Necessidade de controle e manutenção

Meios não pessoais ou não assistidos são aqueles que não requerem a presença do intérprete; a mensagem interpretativa é transmitida através de outros mecanismos e elementos, como sinalização, publicações, itinerários autoguiados, mecanismos audiovisuais automáticos, etc. dispositivos, animações, workshops, etc.

TIPO	SUB-TIPO	VANTAGENS	DESvantagens
Equipa especializada	Jogos, oficinas, atividades criativas, brinquedotecas, explorações sensoriais, etc.	Informação suplementar. Motivam a visita e a experiência. Promoção da conscientização e da empatia.	Precisam de profissionais qualificados. Exigem condições e materiais especializados O visitante deve estar motivado (duração)
	Vídeos, projeções, recursos sonoros, etc.	Informações de qualidade Gerar ou complementar a atmosfera Eles motivam a visita. Eles fornecem informações complementares O intérprete pode interagir, responder perguntas, etc.	Alto custo Eles exigem infra-estrutura e fontes de alimentação. Precisa de controle e manutenção Eles precisam de pessoal especializado.
Visita	Visitas guiadas, serviços espontâneos, passeios em veículos motorizados ou não motorizados	Contato pessoal. Experiência motivadora Habilidades necessárias (passeios com veículos)	Nem sempre pode ser adaptado a todos os grupos. Eles dependem do clima. Medidas de segurança específicas.
Animações (história viva)	Passivo (o público não interage) ou ativo (o público interage)	O intérprete pode comentar, fazer esclarecimentos, etc. Motiva a visita e a experiência.Exemplificar.	Não recomendado para grandes grupos. Precisa de pessoal especializado e voluntários.

Materiais de apoio

A forma de aplicação dessa metodologia é por meio de oficinas. Essas oficinas devem ser ministradas por um especialista em IP e serão adaptadas ao meio interpretativo a ser gerado. A duração das oficinas é de 8 a 16 horas.

Referências:

- Ham, Sam H. (2014). Interpretación – Para marcar la diferencia intencionadamente. Sevilla: Asociación para la Interpretación del Patrimonio.
- Mateos Rusillo, S.; Marca Francés, G. ; y Attardi Colina, O. (2016). La difusión preventiva del patrimonio cultural. Gijón: Trea.
- Mateos Rusillo, S. M. (Coord.) (2008): La comunicación global del patrimonio cultural. Gijón.
- Morales Miranda, J. (2001). Guía práctica para la interpretación del Patrimonio: el arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante. Sevilla, Junta de Andalucía.
- Tilden, F. (2006 [1957]): La Interpretación de nuestro Patrimonio. Sevilla: Asociación para la Interpretación del Patrimonio. Sevilla.
- Valdés Sagüés, M^a. C. (1999). La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público. Gijón: Trea.

Autorias

Lisa Pigozzi, Nunzia Borrelli, Raul dal Santo, Silvia Dossena, Lucia Vignati

Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcelo Murta, Oscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

MAIS FERRAMENTAS



INVENTÁRIO DIGITAL

MUSEOGRAFIA COMUNITÁRIA

OFICINAS DE MEMÓRIA ORAL

Avaliação do ecomuseu e monitorização de impactos

Início > Toolkit > Ferramenta No. 8: Avaliação Do Ecomuseu E Monitorização De Impactos

← Voltar ao Toolkit



AVALIAÇÃO DO ECOMUSEU E MONITORIZAÇÃO DE IMPACTOS



Estágio esperado do ecomuseu
Ecomuseu em andamento, Ecomuseu já desenvolvido



Entidades-alvo
Equipa do ecomuseu, Membros da comunidade



Tempo de implementação
1-3 meses

Descrição da ferramenta

External evaluation

Muitas regiões italianas aprovaram leis sobre ecomuseus, mas poucas avaliaram o desempenho dos ecomuseus e os impactos não são monitorizados. Recentemente, em algumas regiões como Lombardia e Piemonte, uma segunda geração de legislação entrou em vigor. Está contribuindo para dar forma aos chamados ecomuseus italianos 2.0.

As questões comuns que emergem das novas leis são o papel dos ecomuseus no cuidado, gestão, valorização e preservação do património vivo e da paisagem com o envolvimento da comunidade e a necessidade de um sistema para monitorizar os resultados alcançados e a manutenção dos requisitos legais mínimos.

Atualmente, atividades periódicas de monitorização e treinamento são fornecidas apenas em algumas regiões e províncias, como Lombardia e Puglia, mas a legislação recente na região do Piemonte forneceu uma monitorização periódica.

A região da Lombardia avaliou os ecomuseus tanto com um questionário ([link](#)) quanto através de visitas in loco. Os novos requisitos para ecomuseus da Lombardia também avaliam a monitorização de impactos culturais.

A Rede de ecomuseus da Lombardia aprovou o **Vademecum para ecomuseus 2.0** que é um documento que a Rede disponibiliza a todos os ecomuseus para a explicação e aprofundamento dos requisitos mínimos para o reconhecimento de ecomuseus na região.

Autoavaliação (interna)

Segundo De Varine, a avaliação surge não só como condição legítima para a atribuição e manutenção do rótulo de "ecomuseu", mas também e talvez sobretudo como forma de melhorar constantemente a qualidade dos métodos e confirmar a realidade de utilidade social de cada ecomuseu.

O processo do ecomuseu requer um acompanhamento crítico o mais permanente possível, que deve ser realizado voluntariamente pelos próprios atores, preferencialmente acompanhados por um ator externo. De Varine propôs um trabalho coletivo de auto-exame que deveria levar a uma melhoria consensual dos objetivos, métodos e programas. Não se trata de produzir resultados quantitativos ou estatísticas supostamente "objetivas". É também, de certa forma, um processo de autoformação para as pessoas mais envolvidas na vida do ecomuseu e que muitas vezes não receberam qualquer qualificação profissional específica. Os ecomuseus italianos, e em particular os do Piemonte, já foram objeto de reflexão e experimentação sobre este tema em várias ocasiões. De Varine, em 2015, tentou uma abordagem teórica, a pedido dos ecomuseus da Lombardia. Qualquer autoavaliação deve ser decidida, desenhada e realizada pelas pessoas que tomam a iniciativa, e isso tanto quanto possível de forma coletiva e deliberativa, a fim de se chegar a decisões por consenso.

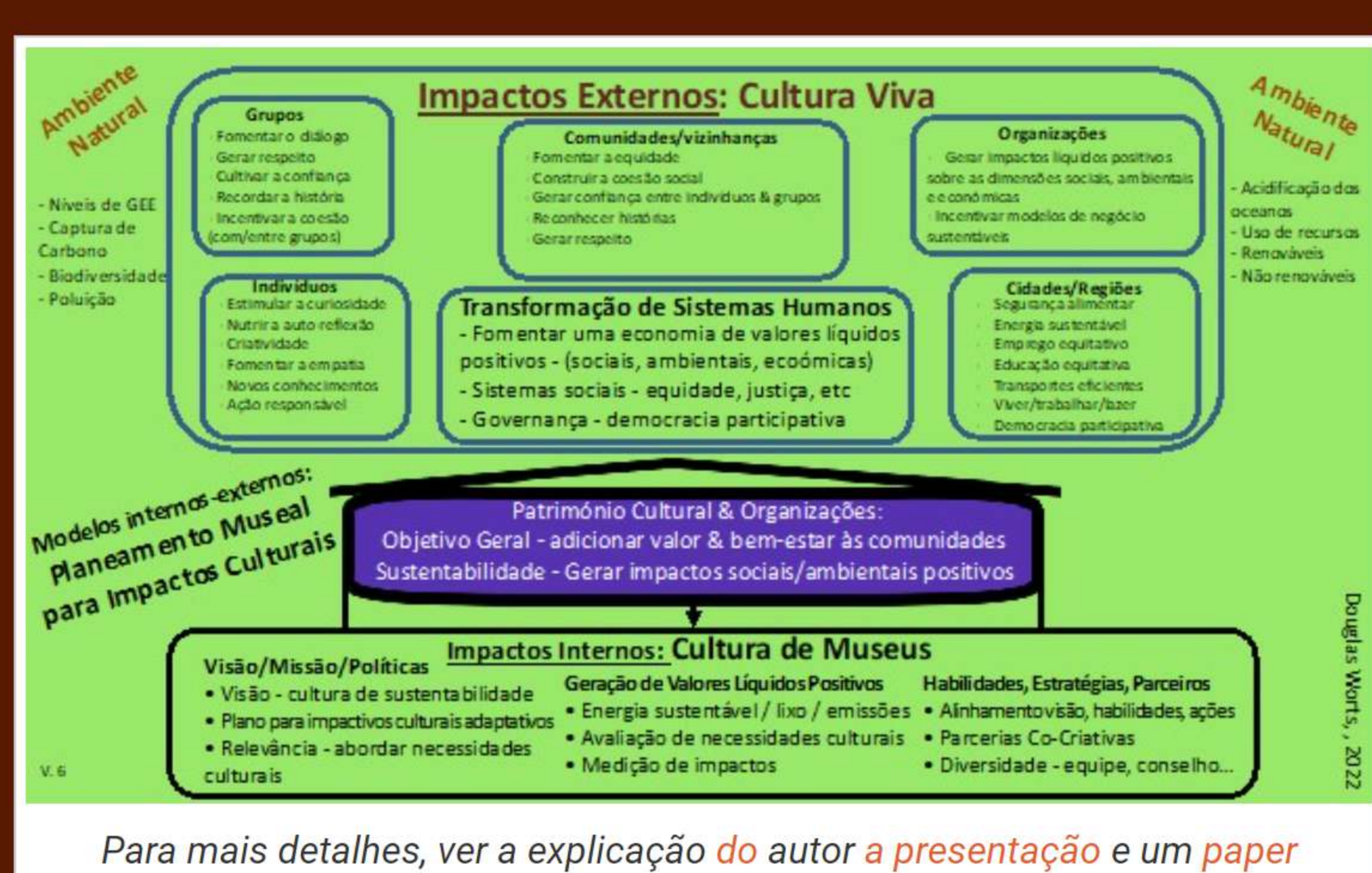
Orientações para aplicar a ferramenta

A tabela de autoavaliação proposta por De Varine tenta responder a três questões de qualquer ecomuseu que acredito que deveriam ser abordadas separadamente:

- Avaliação da própria estrutura:** um ecomuseu não é uma instituição comum, seus parâmetros podem, e muitas vezes devem, evoluir: o território, a demografia, o próprio conceito de património, os meios humanos e materiais, a passagem das gerações, os objetivos principais e secundários, explícitos e implícitos, as modalidades de participação, por vezes também o estatuto jurídico, tantos elementos quantos sejam oportunos reformular e questionar periodicamente, de forma a garantir a sustentabilidade do ecomuseu.
- Avaliação do impacto na comunidade,** que permitirá medir a utilidade social do ecomuseu: a gestão do património não é a única função do ecomuseu e não é apenas o efeito produzido no património que deve ser examinado e medido, mas o impacto em todas as dimensões do desenvolvimento local de forma dinâmica, ou seja, acompanhando as mudanças endógenas e exógenas que afetam o território e a comunidade. Sugerimos avaliar os impactos do ecomuseu também por meio do Modelo de Impacto Inside-Outside de Douglas Worts. Esta é uma maneira de vincular uma vasta gama de possíveis estratégias de engajamento público relacionadas à ação das mudanças climáticas que podem ter impactos dentro e fora das organizações patrimoniais.
- Avaliação do processo do ecomuseu e dos métodos utilizados,** para melhorar constantemente a eficácia da ação em suas diversas formas: modalidades de participação.

Materiais de apoio

A tabela de autoavaliação de impactos de De Varine foi apresentada na conferência de 2019 da Região Piemonte sobre ecomuseus ([leia mais em francês](#); veja a [tabela de avaliação](#))
O modelo de impacto Inside-Outside de Douglas Worts:



Autorias

Lisa Pigozzi, Nunzia Borrelli, Raul dal Santo, Silvia Dossena, Lucia Vignati

Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcelo Murta, Óscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

MAIS FERRAMENTAS

INVENTÁRIO DIGITAL

MUSEOGRAFIA COMUNITÁRIA

OFICINAS DE MEMÓRIA ORAL

Investigação – Ação Participativa

Início > Toolkit > Ferramenta No. 9: Investigação – Ação Participativa

← Voltar ao Toolkit



INVESTIGAÇÃO – AÇÃO PARTICIPATIVA



Estágio esperado do ecomuseu

Ecomuseu em andamento, Ecomuseu já desenvolvido, Ecomuseu recém-desenvolvido, Fase preliminar do desenvolvimento do ecomuseu



Entidades-alvo

Autoridades, Instituições, Membros da comunidade, Organizações, Partes interessadas, Representantes da comunidade local

Descrição da ferramenta

A Investigação – Ação Participativa (IAP) é uma ferramenta cujo objetivo é potencializar a participação e a colaboração dos membros da comunidade em ações voltadas à transformação da comunidade. Isso implica que as pessoas devem ser parte ativa de todos os processos de intervenção, bem como na tomada de decisões (Montenegro, 2004: 20).

A IAP surgiu na década de 1980 como uma crítica aos limitados canais de participação social e de tomada de decisão sobre questões e necessidades que lhes diziam respeito diretamente (direitos civis, justiça social, desigualdades etc.). Essa crítica estendeu-se também ao ambiente acadêmico e institucional onde os fenômenos sociais e as comunidades eram tomados como objetos de estudo, mas não como sujeitos participativos na hora de investigá-los e buscar soluções.

Esse tipo de investigação visa levar em conta necessidades e problemas sociais, mas cujas ações são realizadas por iniciativa cidadã. Suas raízes metodológicas e teóricas encontram-se nos processos pedagógicos de Paulo Freire, na sociologia militante de Orlando FalsBorda, no desenvolvimento comunitário e nos pressupostos da Cultura Crítica da Nova Museologia e da Sociomuseologia.

Características:

As principais características dessa metodologia são:

- Toda a comunidade, cada cidadão, é responsável pelo seu território, patrimônio e futuro. Essa consciência de responsabilidade é um dos elementos que Hugues de Varine apontou como fundamental para a criação dos ecomuseus.
- O objetivo é provocar a transformação de uma realidade, seja ela cultural, social ou econômica.
- Surge como resultado de necessidades ou problemas detectados por um grupo ou cidadãos da comunidade. É a “faísca” (detonador) que autores como Mayrand ou de Varine apontaram como gatilhos para a mobilização da comunidade.
- Parte da realidade social concreta dos próprios participantes do processo. Isso implica uma visão holística (histórica e contextual) na qual a investigação depende das particularidades de cada situação e lugar.
- A participação popular deve fazer parte de todo o processo, acompanhada de um modelo de relações horizontais, rompendo assim a relação de dependência intelectual; exige, portanto, uma mudança nas relações interpessoais e interinstitucionais de técnicos e profissionais.

Objetivos:

Tendo em conta a finalidade da IAP e as suas características, os objetivos que persegue são:

- Refletir e investigar a história social e promover a transversalidade entre a população e os técnicos para criar uma Cultura Crítica.
- Incentivar a inclusão da população como co-investigadora.
- Desenvolver habilidades de liderança, inovação e compromisso social para responder às necessidades e demandas da comunidade.
- Usar métodos e estratégias apropriados na busca de soluções abrangentes para os problemas da comunidade.
- Estimular iniciativas de autogestão.
- Criar novas formas de organização social.

Orientações para aplicar a ferramenta

Processo IAP:

Primeiro passo. Diagnóstico.

Conhecimento do território, seus problemas e necessidades, com base na documentação existente e entrevistas com representantes institucionais e associativos. Esta fase preliminar envolve

- Reunião com administrações e representantes locais, associações e grupos, cidadãos, etc..
- Programação de uma investigação preliminar no formato PEST.
- Identificação de grupos de interesse para a constituição de comitês ou grupos de trabalho.
- Início do trabalho de campo (entrevistas individuais e coletivas com representantes institucionais, associações, grupos, etc.).
- Elaboração de um relatório preliminar.

Segundo passo:

- Constituição de uma equipe composta por técnicos e membros da comunidade.
- Realização de diagnóstico situacional. Investigação sobre as redes e ações da comunidade, seus problemas, necessidades e pontos fortes. Para isso, são utilizadas diferentes formas de coleta de dados (por exemplo, entrevistas, grupos focais, análise SWOT, etc.). O resultado será o mapeamento dos elementos e eixos prioritários para a comunidade e as redes de parceiros para abordá-los.

Terceiro passo:

- Plano de ação. Com as investigações realizadas, serão gerados programas e ações específicas, e serão decididos os problemas e necessidades sociais, culturais e econômicos a serem enfrentados no curto, médio e longo prazo, seu momento, os agentes envolvidos e os recursos necessários.

Quarto passo:

Implementação de programas e ações planejadas. Todo o programa IAP deve conduzir a uma autonomia das comunidades na tomada de decisões e na autogestão, ou pelo menos na geração de uma cultura crítica que lhes permita conhecer a sua realidade social, territorial e patrimonial.

Materiais de apoio

Para poder desenvolver as diferentes fases, algumas das técnicas IAP são:

Diagnóstico situacional. Isso é realizado por meio de uma análise PEST e SWOT.

Mapeamento participativo. São ferramentas para localizar, de forma compartilhada e colaborativa, espaços e patrimônios identitários e com os quais se possa trabalhar o futuro do território e da comunidade.

Mapas sociais e sociogramas. São mapas que visualizam coletivos e associações de bairro, suas interações e redes de conhecimento e trabalho. Os sociogramas visam representar graficamente o grau de relações entre as diferentes entidades (institucionais, civis, etc.) e a direção dessas relações, ou seja, unidirecional ou bidirecional.

Número de participantes esta ferramenta tem como foco o trabalho comunitário, portanto seu sucesso dependerá da participação de uma parcela representativa da população da comunidade.

Materiais: esta ferramenta pode ser desenvolvida tanto em espaços públicos ao ar livre (praças, parques, etc.) como em espaços fechados (escolas, centros culturais, etc.), o material necessário dependerá da metodologia utilizada e dos recursos econômicos disponíveis.

Equipa técnica é conveniente que haja pelo menos uma pessoa especializada em IAP ou em trabalho social e comunitário.

Recursos online

[Definição e processo IAP:](#)

[Metodologias IAP:](#)

[Ferramenta para criar sociogramas:](#)

Referências:

- Alberich Mistar, T. (2008). IAP, mapas y redes sociales: desde la investigación a la intervención social. *Postularia*, 8 (1), 131-151.
- Benito, Patricia Mata, et al. (ed.) (2014). *Propuestas de Investigación e Intervención desde un Enfoque Participativo*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.
- Chevalier, J. M., y Buckles, D. J. (2013). *Participatory action research*. Londres: Routledge.
- De Miguel, M (1993). La IAP un paradigma para el cambio social. *Documentación Social: Investigación acción participativa*, 92, julio–septiembre, pp. 91-108.
- Fals Borda, O (1993). La investigación participativa y la intervención social. *Documentación Social: Investigación acción participativa*, 92, julio–septiembre, pp. 9-21. Madrid.

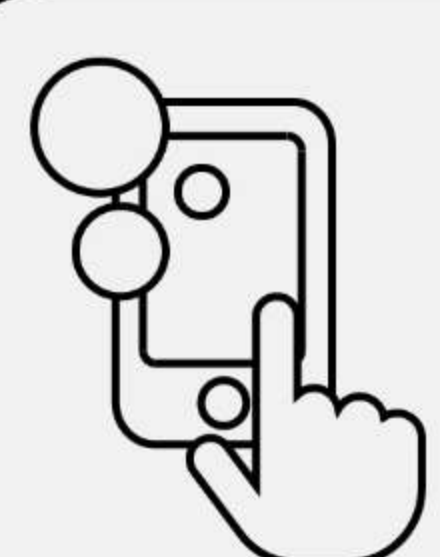
Autorías

Óscar Navajas, Manuel Parodi-Álvarez, Julio Seoane

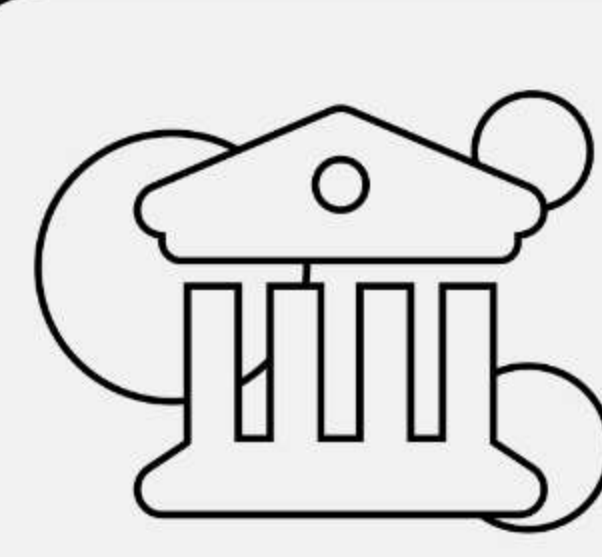
Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcelo Murta, Óscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

MAIS FERRAMENTAS



INVENTÁRIO DIGITAL



MUSEOGRAFIA COMUNITARIA



OFICINAS DE MEMÓRIA ORAL

Museografia Comunitária

Início > Toolkit > Ferramenta No.10: Community Museography

← Voltar ao Toolkit



MUSEOGRAFIA COMUNITÁRIA



Estágio esperado do ecomuseu

Ecomuseu em andamento, Ecomuseu recém-desenvolvido,
Fase preliminar do desenvolvimento do ecomuseu



Entidades-alvo

Membros da comunidade, Museografia e trabalho
participativo e comunitário, Técnicos e especialistas em
museologia

Descrição da ferramenta

Museography is "(...) defined as the practical or applied aspect of museology, i.e. the set of techniques developed to carry out museum functions, particularly those concerning the museum's layout, conservation, restoration, security and exhibition" (Desvallées and Mairesse, 2010).

The tool presented here will focus on the part of the exhibition set-up. The exhibition is the element that has marked part of the historical evolution of the contemporary museum. It has gone from being concerned with collections as a fetish to being concerned with heritage assets as the institution's communicational axis. The exhibition, through museography, is the tool for interaction, visibility and identity of the image that emanates from the museum. The New Museology made it clear that the exhibition – like the museum itself – should be conceived as a means and not as an end. The exhibition would become the essential instrument for the presentation of heritage, investigating new languages and museographic techniques. This metamorphosis was not limited to the search for new exhibition languages, museographic media or narratives, but also to the involvement of the public in the elaboration of the museum scripts and museum montages.

With a view to the creation of ecomuseums, the exhibition has positioned itself as one of the most useful methods of heritage appropriation and dialogue between the community and the technical-specialists. Through the exhibition, the process of community action is initiated, leading to heritage awareness and the construction of an identity through which the community becomes involved in making decisions about its future and that of its territory. In conclusion, the (community) museum space becomes a social and cultural laboratory.

Characteristics

The main characteristics of community museography are:

- Every exhibition (museographic) action must be associated with a public(s) in the community.
- The exhibition is a way of giving a voice to the community: its memory, its toponymy, its needs and problems, its territory, etc.
- Every exhibition should be a tool of global pedagogy (Freire, 1990) insofar as it serves, urges and generates a critical culture (Rivard, 1987).
- Every exhibition is not an end, but a means of communication and dialogue with and for the community.

Objectives

The main objectives of this tool are:

- Generate multidisciplinary teams between specialists and members of the community.
- Create museum spaces in the territory that are designed and implemented by the community.
- Research on heritage assets and the different voices (narratives) that can be constructed about them.
- Involve the population in the creation and management of an ecomuseum through the establishment of museum spaces.

Orientações para aplicar a ferramenta

Uma exposição é uma estratégia de conhecimento e comunicação que, do ponto de vista da comunidade, é um método de compartilhamento, colaboração e envolvimento com os membros da comunidade. Deve, portanto, gerar mais perguntas, questionamentos e diálogos do que respostas e narrativas fechadas.

O projeto da exposição:

Primeiro passo

A equipa promotora deve estabelecer os primeiros parâmetros do que será a intervenção museográfica. Nesse caso, eles podem ser resumidos em resposta a duas perguntas essenciais: o que queremos tornar visível e para que queremos fazê-lo? Essas perguntas servirão para estabelecer o objetivo principal e o tema da exposição e sua finalidade. O objetivo da museografia comunitária é abordar as necessidades, problemas e preocupações da comunidade.

Segundo passo

Na segunda fase, será formada uma equipa multidisciplinar de acordo com o objetivo e tema pré-estabelecidos. É essencial que os membros da comunidade estejam envolvidos nessa equipa.

A equipa de trabalho elaborará um projeto de roteiro do museu para estabelecer os principais elementos da investigação (objetivos, recursos, cronograma, etc.).

Terceiro passo

Nesta fase, será realizado o trabalho de investigação e a redação final do projeto:

1. O trabalho de investigação deve ser realizado em três áreas: (1) trabalho documental e académico, (2) trabalho de campo no território, (3) trabalho com a comunidade.
2. A redação do projeto deve incluir todos os aspectos técnicos para sua execução (equipamentos, tipo de exposição, recursos, cronograma, didática, etc.).

Quarto passo

A última fase é a implementação e avaliação da exposição. Não se deve esquecer que este é um processo participativo, portanto, tanto na concepção (etapa 3) quanto na execução (etapa 4) deve haver um processo colaborativo onde a comunidade seja protagonista.

Materiais de apoio

A instalação museográfica depende dos recursos disponíveis para a comunidade. Em função destes, podem ser concebidos meios interpretativos e museográficos de diferentes magnitudes. No entanto, deve-se lembrar que na museografia comunitária não é o número de cursos que são relevantes, mas a participação da comunidade, por isso é sempre prioritário ter em mente as primeiras fases de qualquer projeto museográfico: o que está acontecendo para ser feito? E com quais membros da comunidade ela será desenvolvida?

Número de participantes: esta ferramenta tem como foco o trabalho comunitário, portanto seu sucesso dependerá da participação de uma parcela representativa da população da comunidade.

Materiais: para o desenvolvimento desta ferramenta é necessário um espaço expositivo. Este espaço deve ser adaptável às necessidades do roteiro museológico. Espaços diáfanos e modulares são recomendados.

Os recursos económicos necessários dependerão das possibilidades da instituição, governo local, associação, etc. No entanto, deve-se levar em consideração que será necessário um mínimo de materiais, tais como: vitrines, bases, materiais de bricolage e ferragens, etc. .

Equipa técnica: é conveniente que a equipa de trabalho tenha pessoal especializado em museografia, interpretação patrimonial, design, etc.

Referências:

Alonso Fernández, Luis; y García Fernández, Isabel (2007). Diseño de exposiciones. Concepto, instalación y montaje. Madrid: Alianza.

García Blanco, A. (1999): La exposición, un medio de comunicación. Madrid: Akal.

Mateos Rusillo, S.; Marca Francés, G.; y Attardi Colina, O. (2016): La difusión preventiva del patrimonio cultural. Gijón: Trea.
Pérez Valencia, P. (2007). La insurrección expositiva. Cuando el montaje de exposiciones es creativo y divertido. Cuando la exposición se convierte en una herramienta subversiva. Gijón: Trea.

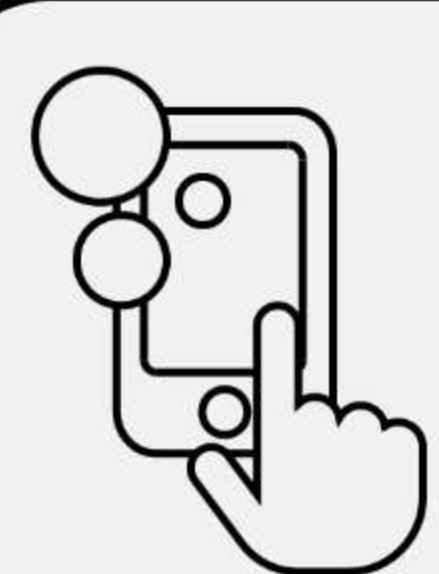
Autorias

Óscar Navajas, Manuel Parodi-Álvarez, Julio Seoane

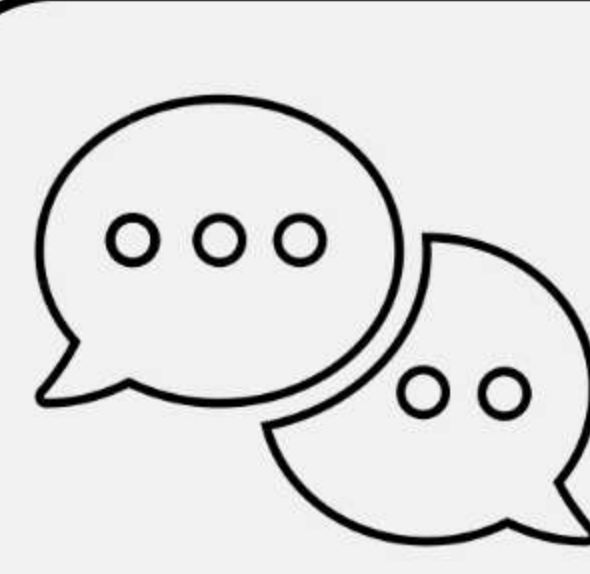
Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcelo Murta, Óscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

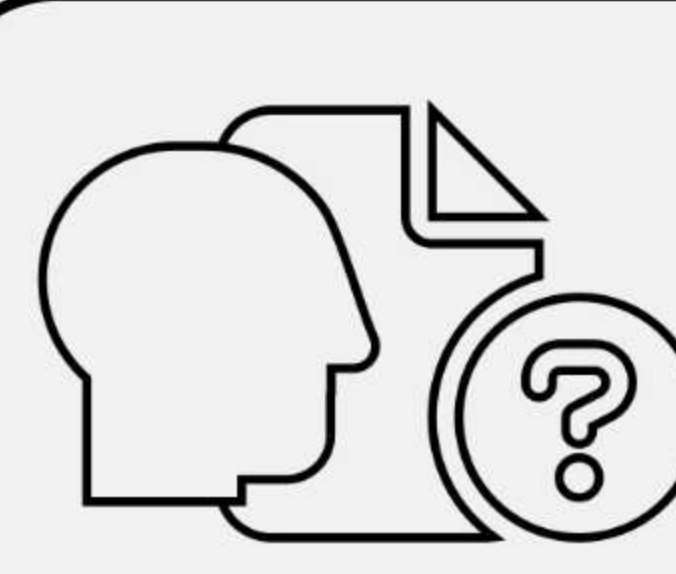
MAIS FERRAMENTAS



**INVENTÁRIO
DIGITAL**



**OFICINAS DE MEMÓRIA
ORAL**



QUESTING



Cofinanciado pela
União Europeia

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. O conteúdo deste site reflete apenas as opiniões do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.

PROJETO ECOHERITAGE | 2020-1-ES01-KA204-082769

Início

Relatório Transnacional

Estudos de Caso

Kit de Ferramentas

Módulos de capacitação



Exceto onde estiver indicado de outra forma, o conteúdo deste site é licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Português ▼

[Política de Privacidade](#) | [Política de Cookies](#)



OFICINAS DE MEMÓRIA ORAL



Estágio esperado do ecomuseu

Comunidade com intenção de iniciar um ecomuseu, Ecomuseu em andamento, Ecomuseu já desenvolvido, Ecomuseu recém-desenvolvido, Fase preliminar do desenvolvimento do ecomuseu

Utilidade desta ferramenta

Esta ferramenta pode ser utilizada para:

- Contribuir para o planeamento e gestão dos recursos patrimoniais de uma comunidade e de um território numa perspetiva pública.
- Contribuir para a geração de materiais educativos e culturais físicos e digitais sobre o rico património do território da comunidade.
- Enriquecer o discurso patrimonial de um território explorando a esfera dos discursos não oficiais através da memória dos cidadãos.
- Recuperar o conhecimento sobre os diferentes tipos de bens patrimoniais outrora existentes num território e já perdidos em termos materiais, mas preservados na memória dos cidadãos desse território.
- Investigar e valorizar os espaços de memória cultural e patrimonial dos cidadãos de um território.
- Contribuir para envolver os cidadãos de um território na valorização do seu território e património.
- Valorizar narrativas, discursos e memórias particulares, sem excluir os coletivos, sobre o território e seus bens patrimoniais.

Descrição da ferramenta

As oficinas de memória oral são espaços de contraste e debate e também são marcos para a construção da identidade coletiva por meio do exercício da memória oral, especialmente graças aos membros seniores da comunidade.

Concebidas como um espaço de partilha de saberes através da experiência dos componentes da comunidade, estas oficinas servirão para recuperar e valorizar, numa perspetiva participativa, os saberes diretos dos membros do grupo comunitário.

Isso terá um impacto positivo na tarefa de revitalizar o ecomuseu, incorporando em sua dinâmica de ação o conhecimento armazenado pelos membros da comunidade à qual o ecomuseu pertence.

Objetivos

As oficinas ou seminários sobre memória oral têm objetivos múltiplos

- Recuperar e valorizar a memória de um determinado grupo em relação à história e património da sua região enquanto espaço geográfico e cultural.
- Valorizar a identidade deste grupo em relação a si próprio, contribuindo para melhorar a auto-estima social e cultural dos cidadãos através do reconhecimento dos valores da sua memória e da sua experiência patrimonial enquanto grupo.
- Preservar a memória cultural e patrimonial de uma comunidade para preservá-la para as gerações futuras.
- Em consonância com o exposto, converter a experiência e memória patrimonial de um coletivo em valor social, cultural e educacional entre os mais jovens, tornando essa memória patrimonial e valor educativo passível de ser usufruído pelo público em geral e, especialmente, pelo segmento escolar da comunidade.
- Estimular a curiosidade e o interesse dos membros da comunidade pela sua própria história e pelos valores do seu património.

Orientações para aplicar a ferramenta

Ter elementos humanos que conheçam seu território, sua realidade presente e passada, com foco de ação em pessoas de uma determinada idade que tenham esse conhecimento.

- Reunião com atores locais e agendamento de uma investigação preliminar
- Identificação de potenciais stakeholders e grupos de interesse
- Trabalho de campo; conduzir (se possível) entrevistas individuais com potenciais participantes do workshop
- Formação dos grupos de trabalho nas oficinas (mínimo recomendado: três comunitários por oficina, mais o relator externo)
- Desenvolvimento das oficinas (podem ser gravadas com meios audiovisuais se os participantes concordarem; é preferível realizá-las pessoalmente, a fim de favorecer a interação dos participantes, mas sem excluir o uso de um meio virtual ou semi-virtual)
- Elaboração dos relatórios específicos e conclusões dos workshops
- Elaboração de um documento final geral das oficinas

O alvo preferencial é aquele formado pelos membros mais antigos da comunidade, pois trata-se especialmente de trabalhar com o tesouro que constitui a memória dos membros mais antigos do referido grupo humano.

Materiais de apoio

Esta metodologia deverá ser implementada através do desenvolvimento de workshops. Estes workshops devem ser preferencialmente coordenados por um especialista em memória e oralidade, um especialista em história oral, e devem ser adaptados aos recursos humanos que neles pretendam participar, pois podem envolver em grande medida os idosos.

Recomenda-se uma duração flexível dos workshops, a partir de um mínimo de 2 horas para cada workshop.

Podem ocorrer de forma presencial ou virtual, sendo a primeira recomendada. Eles podem ser coletados usando mídia audiovisual com o consentimento e permissão dos participantes.

Não se exclui a produção de documentos audiovisuais finais específicos de cada workshop e um documento geral similar.

Referências

- Oral memory workshops in La Línea de la Concepción (Cádiz, Spain)
- Oral memory workshops in Marinilla (Antioquia, Colombia)
- Oral Memory Workshops, University of Las Palmas (Canary Islands, Spain)
- Oral memory workshops at the Certera Regional Museum (Catalonia, Spain)
- Oral memory experience in Belalcázar (Córdoba, Spain)
- https://www.facebook.com/1437582349824579/videos/382712939697951/?__so__=permalink

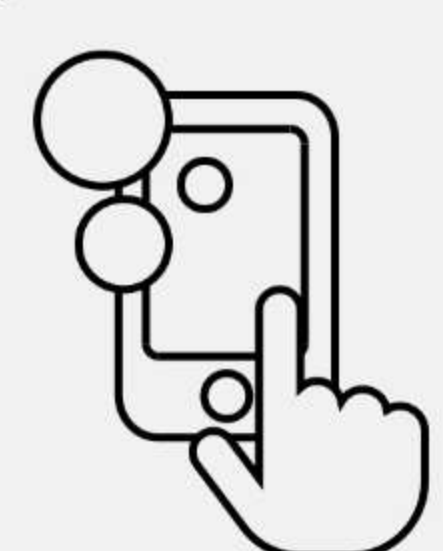
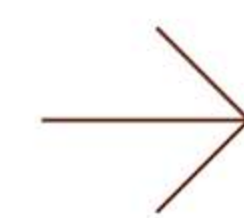
Autorias

Manuel Parodi-Álvarez, Óscar Navajas, Julio Seoane

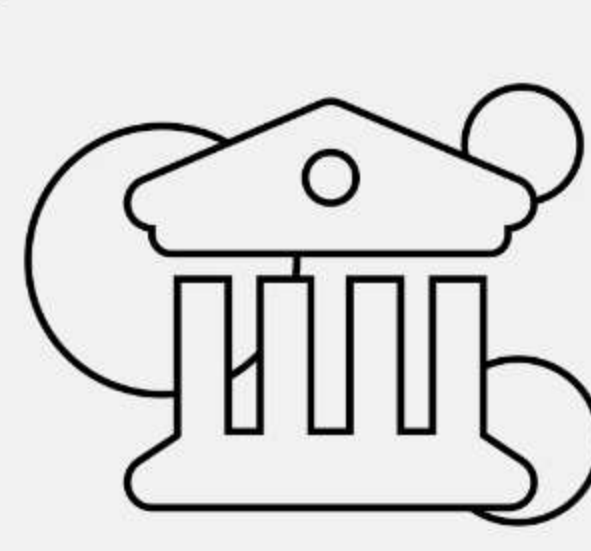
Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcelo Murta, Óscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

MAIS FERRAMENTAS



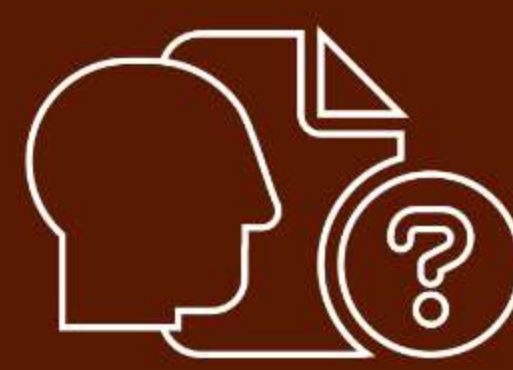
INVENTÁRIO DIGITAL



MUSEOGRAFIA COMUNITÁRIA



QUESTING



QUESTING



Estágio esperado do ecomuseu

Comunidade com intenção de iniciar um ecomuseu, Ecomuseu em andamento, Ecomuseu já desenvolvido, Ecomuseu recém-desenvolvido, Fase preliminar do desenvolvimento do ecomuseu



Entidades-alvo

Instituições, ONG, Representantes da comunidade local

Descrição da ferramenta

A introdução ao método é feita através de um inventário geral do património (todos os aspectos e elementos são levados em consideração) de um local, onde uma busca será desenvolvida. Em seguida, uma área específica do património é analisada em detalhes (por exemplo, um costume, arquitetura, artesanato, lendas, história local, personalidade local). Normalmente, refere-se a uma pequena comunidade como uma vila, cidade ou sua parte, mas também pode estar localizada no interior de instituições (em um museu, galeria). Requer o aprofundamento do conhecimento na área específica selecionada e uma narrativa é construída em forma de poema. Em última análise, um jogo de caça ao tesouro é criado. O efeito é importante, mas ao mesmo tempo o processo participativo e o diálogo são significativos.

Orientações para aplicar a ferramenta

Pode ser usado em qualquer lugar em um espaço limitado (até 2 horas a pé ou de bicicleta).

É realizado por meio de um workshop (geralmente 2 dias) e cooperação on-line após o workshop.

Público-alvo (ou entidades-alvo) da ferramenta: representantes de uma comunidade local, ONG, amantes da natureza e do património local, instituições culturais, jovens, seniores etc. (15 a 20 pessoas).

- Identificação dos recursos patrimoniais naturais, históricos e culturais locais** (tangíveis e intangíveis) por meio de um brainstorm. Todos os tipos de curiosidades locais, anedotas, histórias orais podem ser incluídas.
- Seleção do tema principal:** por exemplo, estilo de arquitetura, lendas, personalidade local, artesanato tradicional local, natureza, um palácio com um parque circundante, importante família local, evento histórico ou período, uma batalha. Também pode ser uma história sobre o património mais importante/interessante do lugar. A busca se concentrará em um motivo temático escolhido.
- Seleção de lugares/sítios para fazer uma trilha.** Não há demarcação de uma trilha, e um local é percorrido de acordo com uma narrativa baseada em um tópico selecionado. No final deve ser projetado um local para esconder o tesouro. Após o rascunho da trilha, os participantes fazem uma caminhada experimental para verificar se não falta nada, e decidem onde esconder o tesouro.
- Escrita da história em forma de poema.** Os participantes são divididos em grupos menores e a trilha é dividida em seções. Cada grupo menor é responsável por escrever parte da história referente à seção designada. A narrativa inclui: história, instruções de como se locomover pela trilha e pistas. Encontrar soluções de pistas permite descobrir a senha do tesouro. As pistas são baseadas em características específicas, detalhes arquitetónicos, inscrições (por exemplo, em placas, monumentos, edifícios) que são relevantes para a história. Se nem todas as partes da história estiverem prontas ou ainda precisarem de mais elaboração, os participantes terão um tempo extra após o workshop para melhorar seus textos. Ao mesmo tempo, os voluntários preparam ilustrações e um carimbo de borracha que fica escondido como um tesouro (para colocá-lo em um folheto como prova de completar a missão).
- Edição da história.** Normalmente, a história precisa ser "suavizada" e editada para fazer uma boa parte de uma narrativa rimada com pistas boas e adivinhadas. Antes da disseminação é testado e verificado.
- O efeito final:** folheto. O folheto é projetado com a inclusão de todo o texto da missão, ilustrações feitas à mão e espaço vazio para ser carimbado. Os nomes dos autores do texto e das ilustrações são colocados no folheto.
- Resultados.** Os benefícios de fazer missões não estão apenas no produto final – o folheto que permite descobrir o lugar com base no poema. O processo não é menos importante que o produto na metodologia de busca: discussão sobre o património, valores especiais de lugares, eventos, pessoas, histórias etc. É um método muito envolvente e as pessoas se sentem responsáveis e orgulhosas do património e do trabalho comum. Tanto o processo quanto o produto têm alto valor educacional.

Materiais de apoio

Apresentação sobre a metodologia questing

Exemplos de quests

Clark D., S. Glazer, Questing. A Guide to Creating Community Treasure Hunts, University Press of New England, Hanover and London 2004.

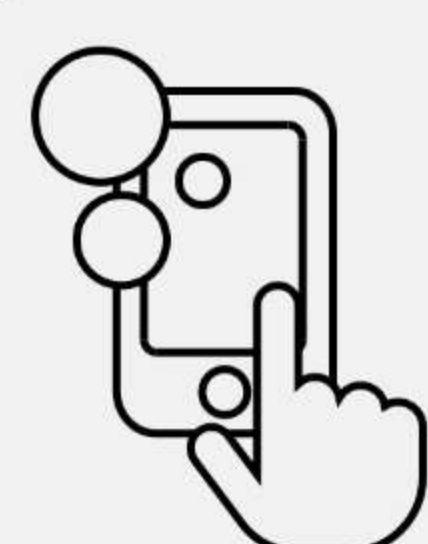
Autorias

Barbara Kazior

Coordenadores Científicos

Nunzia Borrelli, Barbara Kazior, Marcelo Murta, Óscar Navajas, Nathalia Pamio, Manuel Parodi-Álvarez, Raul dal Santo, Julio Seoane

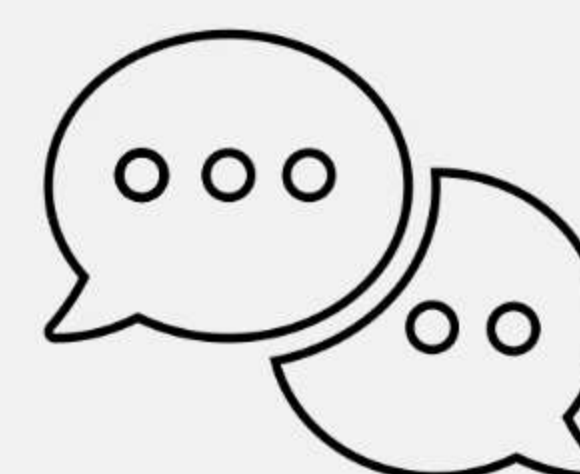
MAIS FERRAMENTAS



INVENTÁRIO DIGITAL



MUSEOGRAFIA COMUNITÁRIA



OFICINAS DE MEMÓRIA ORAL



Cofinanciado pela União Europeia

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. O conteúdo deste site reflete apenas as opiniões do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.

PROJETO ECOHERITAGE | 2020-1-ES01-KA204-082769

Início

Relatório Transnacional

Estudos de Caso

Kit de Ferramentas

Módulos de capacitação



Exceto onde estiver indicado de outra forma, o conteúdo deste site é licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](#).

Português ▼

[Política de Privacidade](#) | [Política de Cookies](#)